



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 13/XIII/ 1.ª SL

Aos 17 dias do mês de fevereiro de 2016, pelas 10:38 horas, reuniu a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata n.º 12/XIII/1.ª, relativa à reunião de 10 de fevereiro de 2016

2. Votação do requerimento apresentado pelo PSD, para ouvir as comissões de fixação de vencimentos das diversas entidades reguladoras nacionais

3. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 72/XIII/1.ª (PCP) - Conclusão das obras de requalificação da Estrada Nacional 125

4. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 11/XIII/1.ª (GOV) - Aprova as Grandes Opções do Plano para 2016 Relator: Deputado António Costa Silva (PSD)

5. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 12/XIII/1.ª (GOV) - Aprova o Orçamento do Estado para 2016 Relator: Deputado António Costa Silva (PSD)

6. Outros assuntos

A reunião foi, na ausência do Senhor Presidente, presidida pela Senhora Vice-Presidente da Comissão, Deputada Hortense Martins (PS).

- 1. Apreciação e votação da ata n.º 12/XIII/1.ª, relativa à reunião de 10 de fevereiro de 2016**

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 13/XIII/ 1.ª SL

A Senhora Presidente em exercício da Comissão submeteu à votação a ata n.º 12/XIII/1.ª, relativa à reunião de 10 de fevereiro de 2016, que foi aprovada por unanimidade.

3. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 72/XIII/1.ª (PCP) - Conclusão das obras de requalificação da Estrada Nacional 125

A Senhora Presidente em exercício da Comissão deu início à discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 72/XIII/1.ª (PCP) - Conclusão das obras de requalificação da Estrada Nacional 125.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) apresentou, nos seus termos, o Projeto de Resolução n.º 72/XIII/1.ª (PCP) - Conclusão das obras de requalificação da Estrada Nacional 125, que se dá por reproduzido, concluindo no sentido de que o Governo:

- Adote as medidas necessárias para que as obras de requalificação da EN 125 abrangidas pelo contrato da subconcessão Algarve Litoral sejam concluídas rapidamente;
- Incumba a empresa Infraestruturas de Portugal – que deverá ser dotada dos meios adequados – de proceder ao lançamento e rápida conclusão de todas as obras inicialmente previstas para a EN 125, incluindo as variantes e as estradas de acesso/ligação;
- Proceda à renegociação do contrato da subconcessão Algarve Litoral, de modo a reduzir a taxa interna de rentabilidade da subcessionária, garantindo, por essa via, uma diminuição dos encargos do Estado ao longo da vida da subconcessão.

O Senhor Deputado António Costa Silva (PSD) referiu a ausência do Deputado do PSD do Algarve e lembrou que o PSD manifestou preocupações com intervenções na 125, referindo-se a riscos iminentes nesta estrada e ao intenso tráfego, sobretudo no Verão, que significam uma necessidade de intervenção.

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 13/XIII/ 1.ª SL

O Senhor Deputado António Eusébio (PS) interveio, referindo:

- tratar-se de uma obra estruturante para o Algarve e haver urgência de intervenção;
- que com mais de 273Kms de intervenção inicialmente prevista até 2012 e mais variantes, de 2011 a 2015 nada foi feito;
- que após a renegociação do contrato, continuam ao fim de 4/5 anos por resolver muitos pontos complicados;
- a sinistralidade, desde 2000, e esta estrada tem necessidade de requalificação e melhorar acessos;
- que o Ministro já esteve na Comissão e referiu-se ao aumento significativo de acidentes mortais e graves e ao aumento do acesso às estradas do interior;
- que o Projeto de Resolução está correcto e nota bem as obras necessárias.

O Senhor Deputado João Vasconcelos (BE) interveio:

- acompanha o Projeto de Resolução em apreciação;
- desde há 5/6 anos a requalificação marca passo;
- a renegociação mutilou o contrato inicial, retirando muitas variantes;
- está previsto o pagamento de 929 milhões € à Concessionária, o que é um dos maiores crimes económicos em Portugal;
- a 125 tornou-se a estrada da morte de novo, depois da introdução das portagens, explicando;
- agravou-se a situação económica e social;
- a requalificação é urgente;
- retomar o contrato inicial e acabar as portagens diminuiria os acidentes.

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS/PP) saudou a Senhora Presidente em exercício da Comissão e interveio:

- referiu-se a anteriores debates na Assembleia da República;
- a Via do Infante retomou vários troços existentes e o Concessionário devia ter requalificado vários acessos;
- responsáveis das Estradas de Portugal criticaram a renegociação pelo Governo PS com agravamento de custos;
- posteriormente às PPPs foram reduzidos os custos, referindo a redução da taxa interna de rentabilidade, TIRs;

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 13/XIII/ 1.ª SL

- a requalificação pode e deve ser feita e está atrasada;
- O Algarve deve ter esta estrada tão importante.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) respondeu às intervenções:

- o do Senhor Deputado António Costa Silva (PSD) – foi o anterior Governo que suspendeu as obras de requalificação; recordou o Projeto de Resolução do PCP apresentado e chumbado pelo PSD e CDS/PP, e que o Governo anterior atrasou a negociação e amputou o projeto;
- o do Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS/PP) – não houve diminuição da taxa interna de rentabilidade na 125, mas na A22, recordando que a 2ª fase da renegociação não foi concluída e houve corte de obras essenciais;
- o do Senhor Deputado António Eusébio (PS) – o PCP também apresentou um Projeto de Resolução sobre portagens, embora não sobre a 125, reforçando a necessidade de redução de taxas.

O Senhor Deputado António Costa Silva (PSD), concordando com a importância da estrada e da obra, lembrou o apagão do tempo do endividamento, da Troika, que causou a suspensão de obras prioritárias, não só no Algarve. Notou que o Governo pode agora fazer as obras.

O Senhor Deputado João Vasconcelos (BE) clarificou que:

- o BE sempre foi contra concessões, PPPs e portagens;
- o BE tem acordo mínimo com o PS para recuperar vencimentos, defender o emprego, a escola pública e o Serviço nacional de Saúde;
- as portagens introduzidas pelo Governo PSD/CDS agravaram a sinistralidade.

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS/PP) recordou que, em 24 de Novembro de 2010, o CDS/PP apresentou uma apreciação parlamentar de 6 PPPs do Governo do PS para anova travessia do Tejo, e o BE votou contra, e notou que o BE tem acordo mínimo.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) interveio:

- notou que alguns Deputados não sabem quem está no Governo;

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 13/XIII/ 1.ª SL

- criticou o Senhor Deputado António Costa Silva (PSD) confrontado com as suas opções e que alega sempre que não havia dinheiro, mas o Governo anterior dava dinheiro à Banca (Novo Banco, SGPS);
- perguntou porque não foi reduzida a taxa interna de rentabilidade se não havia dinheiro, o que reduziria encargos do Estado;
- insistiu em saber a razão de não beliscar o interesse do Concessionário com a redução de obras.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) interveio:

- criticou o descaramento do discurso da anterior maioria, que não resolveu o problema das obras da 125;
- sublinhou que o Tribunal de Contas disse sobre a Conta Geral do Estado 2015 e sobre as PPPs que o anterior Governo não acertou nunca sobre as previsões de receitas;
- criticou o CDS/PP ao querer sair da anterior imagem, referindo-se ao CDS 1, 2 e 3.

2. Votação do requerimento apresentado pelo PSD, para ouvir as comissões de fixação de vencimentos das diversas entidades reguladoras nacionais

A Senhora Presidente em exercício da Comissão, notando apenas estarem nomeadas duas comissões de fixação de vencimentos – a da Autoridade Nacional da Aviação Civil e a da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes -, colocou à votação o requerimento do PSD, para ouvir as comissões de fixação de vencimentos das diversas entidades reguladoras nacionais, que foi aprovado por maioria, com a abstenção do BE.

A Senhora Presidente em exercício da Comissão dialogou com o Senhor Deputado António Costa Silva (PSD), que propôs alargar a audição às próprias entidades reguladoras, e com o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), que notou que as entidades reguladoras têm que vir à Comissão, nos termos da Lei, tendo

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 13/XIII/ 1.^a SL

a Senhora Presidente em exercício da Comissão feito o ponto da situação.

O Senhor Deputado António Costa Silva (PSD) informou que apresentará novo requerimento e fez um ponto de ordem, explicando que o que preocupa o PSD são as entidades reguladoras que ainda não aumentaram salários, sugerindo que o objeto da audição seja alargado.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) interveio, recordando anterior debate do requerimento do CDS/PP, e notou que a Lei Quadro – que o PCP votou contra – previa comissões de vencimentos, sublinhando que houve grupos parlamentares que votaram a Lei, que tem problemas mais vastos que o das comissões de vencimentos. Declarou serem a favor da audição de todos os Reguladores, que poderiam vir mais vezes à Comissão, e que votarão a favor desses requerimentos.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) disse que não discordam do aditamento feito pelo Senhor Deputado António Costa Silva (PSD), notando que o tema aprovado não deve ser confundido com outros temas, ainda que semelhante, e que deve ter prioridade sobre outros.

A Senhora Presidente em exercício da Comissão feito o ponto do debate, em diálogo com

o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), recordando a votação feita na anterior reunião da Comissão, e

o Senhor Deputado Carlos Silva (PSD), que interveio sobre a definição da matéria votada,

tendo, no final, a votação sido reconfirmada.

4. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 11/XIII/1.^a (GOV) - Aprova as Grandes Opções do Plano para 2016

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 13/XIII/ 1.ª SL

O Senhor Deputado António Costa Silva (PSD) apresentou, extensamente, o projecto de relatório e parecer que elaborara, na qualidade de Relator da Proposta de Lei n.º 11/XIII/1.ª (GOV) - Aprova as Grandes Opções do Plano para 2016.

O Senhor Deputado Carlos Pereira (PS) saudou o Senhor Deputado Relator, notando o foco feito em matéria de Economia e não apenas financeiras, tal como a proposta apresentada pelo Governo.

A Senhora Presidente em exercício da Comissão cumprimentou o Senhor Deputado Relator, após o que pôs à votação o projeto de parecer sobre a Proposta de Lei n.º 11/XIII/1.ª (GOV) - Aprova as Grandes Opções do Plano para 2016, que foi aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PSD e do CDS/PP e as abstenções do PS, do BE e do PCP.

5. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 12/XIII/1.ª (GOV) - Aprova o Orçamento do Estado para 2016

O Senhor Deputado António Costa Silva (PSD) elogiou o trabalho da equipa técnica/Dr. Pedro Croft e apresentou, resumidamente, o projecto de relatório e parecer que elaborara, na qualidade de Relator da Proposta de Lei n.º 12/XIII/1.ª (GOV) - Aprova o Orçamento do Estado para 2016, tendo em conta as sucessivas correcções da proposta, entretanto apresentadas.

O Senhor Deputado Carlos Pereira (PS) recordou os 14 orçamentos rectificativos apresentados pelo anterior Governo, prática que criticou, e sublinhou que nenhum dos objectivos foram cumpridos, na matéria da dívida, notando a consequência da falta de credibilidade das metas.

Referiu-se ao défice estrutural e seus indicadores, de cuja utilidade duvidou, explicando, e criticou a atitude do PSD e do CDS/PP relativa ao OE/2016, em coincidência com posições do Ministro Schäuble e outros.

Elogiou a filosofia distributiva deste Orçamento do Estado, apelando a um largo consenso.

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 13/XIII/ 1.^a SL

O Senhor Deputado Paulino Ascensão (BE) cumprimentou o Senhor Deputado Relator.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) interveio cumprimentando o Senhor Deputado Relator e no sentido do elogio feito ao Dr. Pedro Croft, e disse que a posição política crítica do PCP ao Relatório apresentado decorre da consideração dos aspectos e opções do OE que o Relatório valoriza ou ignora.

O Senhor Deputado Emídio Guerreiro (PSD) fez votos que não volte a situação de 2011, com Governo do PS, em que houve necessidade de pedir crédito para corrigir excessos cometidos.

Considerou que não faz sentido que projectos de relatórios tenham votação semelhante à anterior, gerando-se diálogo com o Senhor Deputado Carlos Pereira (PS) que esclareceu que se abstêm na votação.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) interveio, analisando a constituição do Relatório, notando, na página 4, a referência à carga fiscal e ao Relatório do OE, e nas páginas 27, 28 e 29, referindo a descrição corretamente feita a vários impostos indiretos, e, ainda, nas páginas 5, 6, 7 e 8, a referência sobre PPPs, referências de que discordam.

O Senhor Deputado Relator notou não ter feito comentários, para além das citações, e disse haver abertura para aceitar sugestões do PS.

A Senhora Presidente em exercício da Comissão dialogou com o Senhor Deputado Relator no sentido de, na página 4, acrescentar texto da UTAO.

Sublinhou serem feitas votações separadas dos considerandos e das conclusões, dialogando com

o Senhor Deputado João Paulo Correia (PS), que insistiu na divergência de fundo, após o que pôs à votação o projeto de parecer sobre a Proposta de Lei n.º 12/XIII/1.^a (GOV) - Aprova o Orçamento do Estado para 2016, tendo os considerandos

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 13/XIII/ 1.^a SL

aprovados por maioria, com os votos favoráveis do PSD e do CDS/PP e as abstenções do PS, do BE e do PCP, e as conclusões aprovadas por unanimidade.

6. Outros assuntos

A Senhora Presidente em exercício da Comissão informou que:

- o Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares informou que, após diligenciar junto do Sr. Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, não seria possível, por motivos de agenda, comparecer na audição na data indicada (hoje à tarde), pelo que sugere que a mesma possa decorrer nas semanas seguintes, numa data a combinar.
- O PSD apresentou ontem um requerimento para audição do Dr. Diogo Lacerda Machado, sobre os acordos entre o Governo e o consórcio Atlantic Gateway, que foi distribuído ontem, com a restante documentação para esta reunião, que fica para ser votado em próxima reunião.
- Os dois grupos de trabalho da Comissão – Turismo e Indústria – já têm Deputados indicados e iniciarão reuniões.

A reunião foi encerrada às 12:50 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 8 março 2016.

A VICE-PRESIDENTE

(Hortense Martins)

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 13/XIII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Costa Silva
António Eusébio
Bruno Dias
Carlos Pereira
Emídio Guerreiro
Fernando Jesus
Heitor de Sousa
Helder Amaral
Hortense Martins
Hugo Costa
João Paulo Rebelo
Joel Sá
Luís Campos Ferreira
Luís Leite Ramos
Luís Moreira Testa
Odete Silva
Paulino Ascensão
Paulo Rios de Oliveira
Pedro Coimbra
Pedro Mota Soares
Ricardo Bexiga
António Cardoso
Ascenso Simões
Carlos Silva
João Paulo Correia
João Vasconcelos
Paulo Sá

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Cristóvão Norte
Heloísa Apolónia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

André Silva
Fernando Virgílio Macedo